ORE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.320.349/0001-90

Relatório da Administração

Prezados Acionistas, Clientes e Colaboradores: Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Ore Securitizadora S.A. em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório do Auditor Independente. De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN, a Ore Securitizadora S.A. declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento".

Atenciosamente,

Diretoria

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos Reais mil, exceto enquanto indicado de outra forma)

ATIVO	Notas	31/12/2024	31/12/2023 Reapresentado
Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	6	583	1.920
Outras contas a receber	7	3	-
Tributos a recuperar	8	110	456
		696	**2.376**
Não circulante			
Imobilizado	9	22	46
		22	**46**
Total do ativo		**718**	**2.422**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2024	31/12/2023 Reapresentado
Circulante			
Contas a pagar	10	79	1.442
Obrigações tributárias	11	237	11
Obrigações sociais	12	71	-
Partes relacionadas	23.b	-	1.429
		387	**2.882**
Patrimônio líquido			
Capital social	15.a	827	827
Reserva legal	15.b.i	165	165
Reserva de dividendos a distribuir	15.b.ii	20	20
Prejuízo acumulado		(681)	(1.472)
		331	**(460)**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**718**	**2.422**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em Reais mil, exceto enquanto indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de dividendos a distribuir	Resultado líquido dos exercícios	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		827	165	20	-	1.012
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(1.472)	(1.472)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**827**	**165**	**20**	**(1.472)**	**(460)**
Distribuição de dividendos propostos						
Lucro do exercício		-	-	-	791	791
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**827**	**165**	**20**	**(681)**	**331**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional: A **Ore Securitizadora S.A. (Companhia ou Securitizadora)** é uma sociedade securitizadora de direitos creditórios do agronegócio e direitos creditórios imobiliários dedicada à aquisição, securitização, emissão, negociação e prestação de serviços relacionados a direitos creditórios do agronegócio e imobiliários passíveis de securitização. Constituída em 30 de junho de 2010, sob a forma de Sociedade limitada com nome de ARP Participações Ltda. em Ata de Reunião dos Sócios realizada em 05 de agosto de 2010, foi transformada em Sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado e teve sua razão social alterada para Brasil Agrosec Companhia Securitizadora. Em AGE de 22 de janeiro de 2016 a denominação social foi alterada para **Ourinvest Securitizadora S.A.** Após a alteração de seu objeto social com a inclusão das atividades de securitização imobiliária, bem como outras soluções administrativas a Companhia já demonstrava a retomada de seus lucros e a rentabilidade. Em AGE (Assembleia Geral Extraordinária) realizada em 07 de junho de 2022, a denominação social foi alterada para **Ore Securitizadora S/A.,** em virtude da alteração do controle indireto, na qual a **Fator Capital S.A.** adquiriu o controle da então **Ourinvest Real Estate Holding Ltda.**, por sua vez controladora da **Ourinvest Securitizadora S.A.** As empresas deixaram de fazer parte do grupo Ourinvest, e a razão social foi alterada para **Ore Securitizadora S.A.** de forma a refletir essas mudanças. A Companhia tem por objeto social: a) Aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários e do agronegócio, nos termos da Lei no 11.076/04, e suas eventuais alterações posteriores com a consequente emissão de colocação dos Certificados Recebíveis Imobiliários (CRIs) e do Agronegócio (CRAs) correspondentes no mercado financeiro e de capitais; b) A realização de quaisquer atividades compatíveis com seu objeto, relativamente a tais direitos creditórios, aí incluídas, sem limitação, a Administração, alienação e a recuperação dos direitos creditórios por ela adquiridos; c) A realização de operações de *hedge* em mercados derivativos, visando à cobertura de riscos de sua carteira de direitos creditórios e créditos do agronegócio.

2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Autorização: A autorização para emissão das informações financeiras intermediárias foi concedida pela Diretoria da Companhia em 18 de março de 2025. **2.2. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Conforme previsto na Lei nº 9.514/97 (alterada pela Lei nº 14.711, de 2023), as Companhias Securitizadoras de crédito imobiliário estão obrigadas a manter a contabilidade individualizada por projeto. Dessa forma, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, incluem apenas os saldos relativos à Companhia. **Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação** - Estas demonstrações são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Securitizadora. **Uso de estimativas e julgamentos** - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas do CPC, as quais exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas, quando necessário, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no próprio período em quaisquer períodos futuros afetados. As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade dos negócios da Securitizadora.

3. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.1. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência. A Companhia reconhece a receita, quando aplicável, e somente quando: i) O valor da receita pode ser mensurado com segurança; e ii) É provável que benefícios econômicos-futuros fluirão para a Companhia. Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido transferidas para o cliente. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada operação. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. **3.3. Ativo circulante:** São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. **3.4. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas da Companhia. **3.5. Passivos:** Reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou como resultado de eventos passados, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-los. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.6. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) Custo amortizado; (ii) Valor justo por meio do resultado; e (iii) Valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **3.7. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **3.8. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos estão demonstrados pelo valor líquido de realização e/ou formação. Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço. **3.9. Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se houver alguma evidência de *"impairment"* para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa registrada no patrimônio líquido é transferida e reconhecida na demonstração do resultado. **3.10. Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** A legislação societária brasileira requer a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras. **3.11. Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no CPC 03 – Demonstrações dos fluxos de caixa. **3.12. Resultado por ação:** Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado básico por ação é obtido dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações. **3.13. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das informações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As informações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas para devedores duvidosos, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, determinações de provisões para imposto de renda, passivos contingentes e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidas contra a Companhia poderão ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final. Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

4. Reapresentação das demonstrações financeiras: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi formalizado um aditivo do acordo de rateio de despesa entre partes relacionadas. Foram identificadas algumas despesas que deveriam ter sido reconhecidas contabilmente em exercícios anteriores. Desta forma, em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros, as informações financeiras referentes à data base de 31 de dezembro de 2023, estão sendo reapresentadas a fim de refletir o reconhecimento destas despesas no período de competência apropriado. Os ajustes específicos realizados foram os seguintes:

Descrição da conta	Saldo Anterior (R$)	Ajuste (R$)	Saldo Corrigido (R$)
Balanço Patrimonial Passivo – Exercício Anterior 31/12/2023			
Contas a Pagar	381	1.061	1.442
Patrimônio Líquido	601	(1.061)	(460)
Demonstração do Resultado – Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/12/2023			
Despesas Gerais e Administrativas	(1.220)	(1.061)	(2.281)
Lucro/Prejuízo do Período	(411)	(1.061)	(1.472)
Demonstração do Resultado Abrangente - Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/12/2023			
Resultado Abrangente do Período	(411)	(1.061)	(1.472)
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – 01/01/2024 a 31/12/2024			
Saldos Iniciais	601	(1.061)	(460)

5. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)	Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.	01/01/2024
IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante	Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:• O que se entende por direito de adiar a liquidação.• Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.• Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.• Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.	01/01/2024 (devem ser aplicadas retrospectivamente)
IAS 7 e IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores	Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	01/01/2024

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenham impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

6. Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa referem-se às disponibilidades da Companhia representadas por montante em caixa, depósitos bancários e às aplicações financeiras representadas por certificados de depósitos bancários. As aplicações financeiras estão contabilizadas a valor justo, representado pelo valor de resgate na data-base. Tais aplicações estão sendo apresentadas no ativo circulante e são consideradas como equivalentes de caixa, uma vez que podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do efetivo resgate.

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	216	7
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 15)	367	1.913
	583	**1.920**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as aplicações financeiras referem-se a títulos de renda fixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

7. Outras contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a fornecedores	3	-
	3	**-**

8. Tributos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras	21	102
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL recolhido por estimativa	23	-
Impostos a compensar	66	354
	110	**456**

Demonstrações do Resultado Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em Reais mil, exceto enquanto indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023 Reapresentado
Receita operacional líquida	18	3.448	1.077
Lucro operacional bruto		**3.448**	**1.077**
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(2.697)	(2.281)
Resultado financeiro líquido		255	(268)
		(2.442)	**(2.549)**
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**1.006**	**(1.472)**
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	21	(215)	-
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício		**791**	**(1.472)**
Quantidades total de ações		827	827
Lucro líquido / (Prejuízo) por ação do capital social nos exercícios - R$		0,96	(1,78)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos Reais mil, exceto enquanto indicado de outra forma)

	31/12/2024	31/12/2023 Reapresentado
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício	791	(1.472)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**791**	**(1.472)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

9. Imobilizado

Descrição	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo 31/12/2023	Depreciação acumulada	31/12/2023 líquido	31/12/2024 líquido
Instalações	10%	32	(21)	11	15
Computadores e periféricos	20%	33	(29)	4	6
Móveis e utensílios administrativos	10%	93	(62)	31	39
Equipamentos de comunicação	10%	4	(4)	-	-
		162	**(116)**	**46**	**60**

A movimentação do ativo imobilizado está detalhada a seguir:

Custo	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Instalações	32	-	(32)	-
Computadores e periféricos	33	-	-	33
Móveis e utensílios administrativos	93	-	(8)	85
Equipamentos de comunicação	4	-	-	4
	162	**-**	**(40)**	**122**
Depreciação acumulada	**31/12/2023**	**Adições**	**Baixas**	**31/12/2024**
Instalações	(21)	-	21	-
Computadores e periféricos	(29)	(3)	-	(32)
Móveis e utensílios administrativos	(62)	(7)	5	(64)
Equipamentos de comunicação	(4)	-	-	(4)
	(116)	**(10)**	**26**	**(100)**
Valor líquido 30/12/2024	**46**	**-**	**-**	**22**

10. Contas a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores **(a)**	4	3
Adiantamento de receitas **(b)**	75	378
Despesas a reembolsar	-	1.061
	79	**1.442**

(a) Saldo representado substancialmente por serviços prestados e por notas de débito emitidas.
(b) Referem-se às receitas de gestão, transferidas para a Securitizadora, que são apropriadas em receitas mensalmente.

11. Obrigações tributárias

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto Sobre Serviços – ISS a recolher	3	5
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS a recolher	17	6
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	215	-
Outros impostos retidos a recolher	2	-
	237	**11**

12. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2024	31/12/2023
INSS sobre salários a recolher	20	-
FGTS a recolher	2	-
IRRF – salários a recolher	12	-
	34	**-**
Provisão de férias	37	-
	71	**-**

13. Gerenciamento de riscos: As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos: **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Administração adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. **b) Risco de liquidez:** Trata-se do risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração desse risco é a de garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar as operações da Companhia, utilizando, se necessário, linhas de crédito disponíveis. Na atual data base a administração não identificou passivos financeiros com risco de liquidez. **c) Risco de mercado:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, os CRIs emitidos pela Companhia, são remunerados a taxas prefixadas acrescidas o mesmo índice de atualização monetária a que estão sujeitos as CCI que lastreiam a emissão.

14. Operações por segmento: Em 31 de julho de 2009, a CVM emitiu a Deliberação nº 582, que aprovou o CPC 22 "Informações por segmento", que é equivalente ao IFRS 8 "Segmentos operacionais". O CPC 22 é mandatório para demonstrações financeiras cujos exercícios se encerram a partir de 31 de dezembro de 2010. O CPC 22 requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões, com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A Administração efetuou a análise mencionada anteriormente e concluiu que a Companhia opera com um único segmento (securitização de recebíveis imobiliários) e, por isso, considera que nenhuma divulgação adicional por segmento seja necessária.

15. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia é de R$ 827, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 826.755 ações ordinárias (827.755 ações em 2023), sem valor nominal. **b. Reserva lucros: i. Reserva legal:** A reserva legal foi constituída até o limite de 20% do capital social, sendo R$ 165 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 165 em 31 de dezembro de 2023). **ii. Reserva de dividendos a distribuir:** Em 31 de dezembro de 2022 o saldo referente ao lucro líquido do exercício foi destinado a reserva de dividendos a distribuir. **iii. Dividendos pagos antecipadamente:** No primeiro semestre de 2024 e no exercício de 2023, não houve distribuição de dividendos.

16. Instrumentos financeiros: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todas registradas em contas patrimoniais do balanço fiduciário, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como reduzir a exposição de riscos e de taxas de juros:

Ativos financeiros	31/12/2024 Ativos a valor justo com (ganhos/perdas) reconhecidos no resultado	31/12/2023 Ativos a valor justo com (ganhos/perdas) reconhecidos no resultado
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 6)	367	1.913
	367	**1.913**

Os valores pelos quais estes instrumentos financeiros estão registrados aproximam-se dos seus respectivos valores de mercado, não produzindo, portanto, diferenças significativas na apresentação contábil.

17. Demonstração do Valor Adicionado (DVA): Conforme requerido nas normas brasileiras de contabilidade aplicáveis às Companhias abertas, a Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado. Essas demonstrações fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do produto interno bruto, por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia quanto o recebido de outras entidades e a distribuição desses montantes aos seus empregados, entidades governamentais, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à Companhia.

18. Contingências: A Companhia não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza tributária, trabalhista ou cível, que devessem estar registrados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

19. Receitas: No período findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia gerou receitas líquidas de R$ 3.448 (R$ 1.077 em 2023) relativas as emissões de CRA e CRI.

20. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Despesa com consultoria **(a)**	(987)	-
Despesa com salários e benefícios	(493)	-
Anúncios e publicações	(16)	-
Perdas na baixa de imobilizado	(14)	-
Utilidades e serviços **(b)**	(1.116)	(2.204)
Outras despesas administrativas **(c)**	(71)	(77)
	(2.697)	**(2.281)**

(a) Saldo representado substancialmente por serviços prestados com consultaria.
(b) Saldo composto substancialmente pelas Notas de Débito correspondentes ao rateio de despesas administrativas, relacionadas a manutenção, infraestrutura, TI, sistemas e contabilidade.
(c) Saldo substancialmente composto por despesas com cartório, taxas CVM, associações, refeições e eventos.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em Reais mil, exceto enquanto indicado de outra forma)

	31/12/2024	31/12/2023 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	791	(1.472)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação imobilizado	10	14
Amortização intangível	-	-
Amortização de direito de uso	-	-
Acréscimo / (decréscimo) nas contas de ativo		
Contas a receber	(3)	3.320
Tributos a recuperar	346	50
Acréscimo / (decréscimo) nas contas de passivo		
Contas a pagar	(1.363)	(211)
Obrigações tributárias	226	(7)
Pessoal, encargos e benefícios sociais	71	-
Arrendamentos a pagar	-	-
Partes relacionadas	(1.429)	(1.748)
Caixa líquido proveniente das / (aplicado nas) atividades operacionais	**(1.351)**	**(54)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Baixas de imobilizado	14	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	14	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos propostos / pagos	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**-**	**-**
Aumento / (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(1.337)**	**(54)**
No início do exercício	1.920	913
No final do exercício	583	1.920
Aumento / (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(1.337)**	**1.007**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em Reais mil, exceto enquanto indicado de outra forma)

	31/12/2024	31/12/2023 Reapresentado
Receitas	**3.448**	**1.077**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	3.448	1.077
Insumos adquiridos de terceiros	**(1.692)**	**(2.390)**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.692)	(2.390)
Valor adicionado bruto	**1.756**	**(1.313)**
Depreciação e amortização	(10)	(14)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.746	(1.327)
Valor adicionado recebido em transferência	309	**230**
Outras	309	230
Valor adicionado total a distribuir	**2.055**	**(1.097)**
Pessoal	**986**	**-**
Remuneração direta	564	-
Benefícios	164	-
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	23	-
Outros	235	-
Impostos, taxas e contribuições	**224**	**105**
Federais	220	101
Municipais	4	4
Remuneração de capitais de terceiros	**54**	**270**
Despesas financeiras	54	270
Remuneração de capitais próprios	**791**	**(1.472)**
Lucro líquido / (Prejuízo) dos exercícios	791	(1.472)
Distribuição do valor adicionado	**2.055**	**(1.097)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

21. Imposto de renda e contribuição social: As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL estão conciliadas às alíquotas nominais como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido / (Prejuízo) antes dos efeitos do IRPJ e da CSLL	**1.006**	**(1.472)**
(-) exclusões	(302)	-
Resultado tributável	**704**	**(1.472)**
IRPJ - 15%	(106)	-
Adicional de IRPJ - 10% - **(a)**	(46)	-
CSLL - 9%	(63)	-
Total de IRPJ / CSLL 34%	**(215)**	**-**

(a) Adicional de 10% da parcela do lucro tributável que excedeu R$ 240 mil.

22. Informações sobre emissão de certificados de recebíveis: Com a publicação da Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 (que revoga as Instruções CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004, nº 443 de 8 de dezembro de 2006, nº 600 de 1º de agosto de 2018 e nº 603 de 31 de outubro de 2018), foram instituídas novas disposições envolvendo as companhias securitizadoras registradas na Comissão de Valor Mobiliários (CVM), bem como, sobre as emissões públicas de títulos de securitização. Nesse contexto, destacamos o art. Art. 50 - § 1º dessa Resolução que, descreve que cada patrimônio separado é considerado uma entidade que reporta informações para fins de elaboração de demonstrações financeiras individuais, desde que a companhia securitizadora não tenha que consolidá-lo em suas demonstrações, conforme normas contábeis aplicáveis a sociedades anônimas. Em atendimento a essa disposição, a partir do exercício encerrado em 30 de setembro de 2019, a Companhia deixou de fazer constar nas suas notas explicativas, as demonstrações financeiras vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos, passando a disponibilizá-las em sua página na rede mundial de computadores, em até 03 (três) meses após o encerramento do exercício social, o qual foi estabelecido como sendo 30 de setembro de cada ano, para todos os patrimônios separados ativos. Os recebíveis vinculados ao regime fiduciário constituem o lastro de CRIs e CRAs emitidos esse regime. Pela fidúcia, tais créditos ficam excluídos do patrimônio comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais separados, com o propósito específico e exclusivo de responder pela realização dos direitos dos investidores. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia é responsável pela gestão de 15 (quinze) Patrimônios Separados referentes a Certificados de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio, totalizando ativos no montante de R$ 669.480. Para estes mesmos patrimônios, as obrigações junto aos investidores correspondem ao valor de R$ 669.480. Até o encerramento período findo em 30 de junho de 2024, estavam ativas as seguintes operações: **• 26 de abril de 2019:** Emissão de 77.000 (setenta e sete mil) CRIs da 16ª Série; **• 15 de maio de 2019:** Emissão de 5.000 (cinco mil) CRIs Sêniores da 17ª Série; 1.000 (um mil) CRIs Mezaninos da 18ª Série e 1.000 (um mil) CRIs Juniores da 19ª Série; **• 28 de novembro de 2019:** Emissão de 140.000 (cento e quarenta mil) CRIs da 25ª Série; **• 04 de junho de 2020:** Emissão de 42.000 (quarenta e dois mil) CRIS da 27ª Série; **• 08 de junho de 2020:** Emissão de 50.000 (cinquenta mil) CRIS da 28ª Série; **• 08 de julho de 2020:** Emissão de 30.000 (trinta mil) CRIS da 30ª Série; **• 20 de janeiro de 2021:** Emissão de 20.000 (vinte mil) CRIs da 33ª Série; **• 14 de maio de 2021:** Emissão de 100.000 (cem mil) CRIs da 35ª Série; **• 15 de março de 2021:** Emissão de 13.040 (treze mil e quarenta) CRIs da 36ª Série; **• 11 de maio de 2021:** Emissão de 37.500 (trinta e sete mil e quinhentos) CRIs da 37ª Série e 10.933 (dez mil novecentos e trinta e três) CRIs da 38ª Série; **• 10 de junho de 2021:** Emissão de 25.312 (vinte e cinco mil trezentos e doze) CRIs da 39ª Série, 3.164 (três mil cento e sessenta e quatro) CRIs da 40ª Série e 3.164 (três mil cento e sessenta e quatro) CRIs da 41ª Série; **• 23 de agosto de 2021:** Emissão de 31.400 (trinta e um mil e quatrocentos) CRIs da 42ª série; **• 23 de agosto de 2021:** Emissão de 42.044 (quarenta e dois mil e quarenta e quatro) CRIs da 43ª Série e 126.131 (cento e vinte e seis mil, cento e trinta e um) CRIs da 44ª Série; **• 24 de setembro de 2021:** Emissão de 85.700 (oitenta e cinco mil e setecentos) CRIs da 46ª Série; **• 15 de fevereiro de 2022:** Emissão de 18.000 (dezoito mil) CRIs da 47ª Série e 20.500 (vinte mil e quinhentos) CRIs da 48ª Série; **• 14 de dezembro de 2022:** Emissão de 27.000 (vinte e sete mil) CRIs da 45ª Série.

23. Partes relacionadas: a. Rateio de despesas: A partir do exercício de 2023 a Companhia passou a reembolsar a Fator Real Estate Holding Ltda. pelas despesas administrativas (aluguel, pessoal, jurídico, energia elétrica e outras utilidades. Em 31 de dezembro de 2024 esses reembolsos somaram um montante de R$ 1.100.

b. Operações com Partes relacionadas

	31/12/2024	31/12/2023
Fator Capital S.A. **(a)**	-	1.429
	-	**1.429**

(a) Fator Capital S.A. (Mútuo): Em 28 de dezembro de 2023 a Companhia firmou junto a Fator Capital S.A. um contrato de mútuo com vencimento para 31 de dezembro de 2024. Sobre o saldo devedor haverá incidência de juros e atualizações monetárias pela variação do IPCA mais juros de 6,08% a.a. Foi liquidado antecipadamente em 27 de fevereiro de 2024. **c. Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Não houve remuneração aos administradores no período findo em 31 de dezembro de 2024. **d. Benefício pós-emprego:** A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a Diretoria ou membros do Conselho de Administração.

24. Seguros (não auditado): A Companhia possui cobertura de seguro de responsabilidade para danos pessoais a terceiros e danos materiais a ativos tangíveis, bem como para riscos de incêndio, relâmpagos, danos elétricos, fenômenos naturais e explosões de gás. A cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir os riscos possíveis para seus ativos e/ou suas responsabilidades.

25. Relação com auditores: A firma de auditoria independente por nós contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, além da auditoria externa.

26. Eventos subsequentes: Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o encerramento das informações financeiras, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024.

A DIRETORIA

SERGIO VENDITTI - Contador CRC 1SP 124.501/O-7

Declaração dos Diretores

Em conformidade com o artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que: **a)** Revisaram, discutiram e aprovam as informações financeiras da Companhia; e **b)** Revisaram, discutiram e aprovam o relatório dos auditores independentes relativo às informações financeiras da Companhia, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Atenciosamente,

Diretoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Ore Securitizadora S.A. - São Paulo – SP
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Ore Securitizadora S.A., que compreendem ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ore Securitizadora S.A. em 31 de dezembro de 2024, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Reapresentação das demonstrações contábeis**: Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4, em decorrência da necessidade de reconhecimento de determinados ajustes contábeis identificados durante o trimestre findo em 31 de março de 2024, relacionados ao reconhecimento de despesas e passivos, a Companhia realizou ajustes contábeis no exercício social de 31 de dezembro de 2023, conforme previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros e na NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício social de 31 de dezembro de 2023. Portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre essas demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nossa opinião não contém ressalva em função desse assunto. **Principais assuntos de auditoria**: Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Receita operacional**: **Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** A Companhia realiza a aquisição de créditos imobiliários, títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários e em direitos do agronegócio, além da gestão e administração dos certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio. Consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria, pois envolve áreas críticas e de risco significativo. O processo de reconhecimento de receitas foi classificado como uma área de maior atenção em nossa abordagem, devido ao impacto substancial nas demonstrações contábeis da Companhia. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos procedimentos de auditoria, entre outros, contemplaram: (i) indagamos a administração referente a prática contábil para apropriação da receita; (ii) confeccionamos um memorando com o entendimento realizado; (iii) realizamos uma seleção com base em amostragem quantitativa; (iv) teste de aderência entre as informações registradas e as informações contábeis registradas e divulgadas. Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para reconhecimento das receitas operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram adequados no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado**: A Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**: O exame das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparabilidade, foi conduzido sob responsabilidade de outros auditores, que emitiram relatórios de auditoria datados em 23 de fevereiro de 2024, com opinião sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2025.

Luiz Carlos Soares da Silva - Contador CRC 1SP-228.054/O-4
Conatus Auditores Independentes S.S. - CRC 2SP-037.537/O-1

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 21/03/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/21/ORE1581449521032025.pdf
Hash:174250020027c60ca34d4441d4bb65f217dfe09830